

ENTRE A CRISE POLÍTICA E A CRISE MORAL DE FINAIS DA REPÚBLICA ROMANA (I A.C.): *fronteiras¹ entre o discurso e o real*

MARIANA CARRIJO MEDEIROS

Doutoranda em História (UFG)

Bolsista CAPES

marianacarrijomedeiros@gmail.com

Orientadora: Prof^ª. Dra. Ana Teresa Marques Gonçalves

RESUMO

O presente artigo busca realizar uma investigação acerca da crise vivenciada pela *Res publica* romana em sua passagem para a forma de governo denominada como Principado (I a.C.). Crise esta que, de acordo com a vasta documentação do período e, também proveniente de outras épocas, alcançou cunhos sociais, políticos, bélicos, econômicos, bem como morais. Com base na análise dos discursos trazidos pelas obras de autores como Políbio, Salústio, Plutarco, Tácito, Tito Lívio, Veléio Patérculo, Cícero, Suetônio, Horácio e Propércio, objetivamos trazer à luz novas propostas de interpretação sobre a crise republicana. Crise esta que, experienciada pelos povos antigos, ao ser por nós historicizada pode ser compreendida em sua multiplicidade discursiva.

1 Tal conceito, por nós operacionalizado neste artigo, toma por base a definição realizada pelo historiador Fábio Faversoni em seu trabalho intitulado *Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a amplitude desta fronteira*. Para o autor, existe na historiografia contemporânea um lapso temporal entre a República e o Império, em suas palavras: “Esta visão reforça os elementos de ruptura, marcada por mudanças nas formas de articulação e competição política da sua elite, em detrimento da continuidade, quer relativa a estas mesmas formas de articulação e competição da elite quer quando considerados outros aspectos também importantes” (FAVERSANI, 2013, p. 101). A proposta enfatizada pelo autor pauta-se em “[...] pensar a divisão entre República e Império não como uma ruptura, mas como uma fronteira. Sendo fronteira, há separação e ligação entre as várias ‘Repúblicas’ e ‘Impérios’ que podemos construir analiticamente e, ainda mais, os espaços que correspondem a estas fronteiras não podem ser traduzidos por pontos finais, mas sentenças que estão em parte sobrepostas e em parte apartadas” (FAVERSANI, 2013, p. 109). Pensamos também, desta forma, na existência de fronteiras entre o discurso e o real no que se refere à crise republicana concebida a este recorte espaço-temporal específico (I a.C./ I d.C.), haja vista que a percepção de crise, para estes povos antigos, indubitavelmente existiu. Concomitantemente a tal sentimento, temos a existência de uma multiplicidade discursiva – trazida pelos documentos do período – que caracterizaram-se, de forma similar, por campos de conflitos, disputas e domínios políticos, sociais e culturais que devem ser cuidadosamente tratados.

PALAVRAS-CHAVE

Roma; Crise; Res publica; Discurso; Real.

ABSTRACT

This article aims to conduct an investigation into the crisis experienced by the Roman *Res publica* in its passage to the form of government called the Principate (1st century B.C.). This crisis, according to the vast documentation of the period and also from other times, reached social, political, warlike, economic as well as moral aspects. Based on the analysis of the discourses brought by the works of authors such as Polybius, Sallust, Plutarch, Tacitus, Livy, Velleius Paterculus, Cicero, Suetonius, Horatius and Propertius, we aim to bring to light new proposals for interpretation of the republican crisis. Crisis which, experienced by the ancient people, being historicized by us, can be understood in its discursive multiplicity.

KEYWORDS

Rome; Crises; Res publica; Discourse; Real.

Muitos documentos, sobretudo aqueles contemporâneos e/ou posteriores ao governo de Augusto, se remetem ao momento do assassinato de César e ao que dele decorreu como uma grande ruptura e uma crise dos *mores*, dos costumes dos ancestrais e da tradição. Ainda que os autores não tenham utilizado tais expressões, o que consta nos discursos por eles construídos diz respeito à percepção de severas mudanças nos diversos âmbitos, seja no político, no social, no cultural ou no que tange às leis. No intuito de olharmos para estes vestígios e fragmentos do passado – que constam nos documentos por nós selecionados para o presente trabalho – com o cuidado de não incorrerem na naturalização dos fatos ali postos, sentimos a necessidade de definirmos o que escritores como Plutarco, Tácito, Veléio Patérculo, Cícero, Suetônio, Horácio e Propércio postularam como a crise por eles sentida. Desta forma, o que pretendemos realizar doravante pauta-se em trazer à luz tais registros como discursos que foram selecionados e que visaram remeter-se a uma unidade e a um todo. Contudo, pelo fato da *urbs* romana ter se constituído em uma sociedade múltipla e heterogênea, tal sentimento de crise não foi sentido, necessariamente, da mesma forma e com a mesma intensidade por todas as pessoas que ali viviam.

Tais representações escritas não podem ser encaradas de forma neutra, é preciso que as historicizemos em seus contextos de produção e veiculação, visto que, como pontuou Roger Chartier: “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam” (CHARTIER, 2002, p. 17). Estes vestígios do passado, pertencentes à cultura escrita, são constituídos e

constituidores dos discursos que versavam sobre uma crise moral e estabelecem, sobretudo, representações. Representações estas que, ao dizerem sobre um mundo social, exprimem posições e interesses confrontados de atores sociais e, “[...] paralelamente, descrevem a sociedade tal como pensam que ela é, ou como gostariam que fosse” (CHARTIER, 2002, p. 19). Por este motivo, visamos explicar e interpretar os discursos representativos postos por tais autores por intermédio da relação estabelecida entre o texto e o contexto, da forma como propôs Dominique Maingueneau para se “pensar o dispositivo de enunciação que associa uma organização textual e um lugar social determinados” (MAINGUENEAU, 1997, p. 13).

De acordo com Ciro Flamarion Cardoso, a representação não constrói mundos, mas os mundos que a constrói. O mundo existe mesmo que não tenhamos palavras para nomeá-lo². Tendo em vista tais pressupostos metodológicos, consideramos que toda e qualquer interpretação é relativa, contudo existem indícios que impossibilitam que o discurso elimine os fatos históricos como, por exemplo, o de que a crise republicana estava posta para os antigos. Houve uma severa ruptura constitucional. A República romana, do ponto de vista das instituições, ruía. Existem confrontos com muitas mortes e assassinatos e, neste contexto, muitos autores leram tais rupturas, crises e conflitos de finais da República como decadência e crise dos costumes morais. Ao longo deste artigo visamos, desta forma, compreender em que medida esta crise moral está estabelecida, em que medida estes autores antigos a interpretaram e de que forma visaram corrigi-la na finalidade de acertar os rumos da República. Para isto, propomos um percurso de investigação da crise relatada por escritores que vivenciaram o período que abarca finais da República, o Principado de Augusto, bem como momentos posteriores a este. Intencionamos perceber a mudança de discurso relatada por estes autores ao se referirem às crises de meados do século III a.C., até chegarmos na ênfase daquilo que nomearam como crise dos *mores maiorum* no século I a.C.

De acordo com Jean Carpentier e François Lebrun, houve um sentimento de crise permanente vivenciado pelos romanos iniciado ainda no século III a.C. com as guerras púnicas e com os inúmeros conflitos desencadeados desde então, os quais intensificaram a presença regular das tropas nos territórios, acentuaram as dificuldades econômicas e sociais, a existência de um clima de insegurança e, também, o aumento da pilhagem e da pirataria no século II a.C. devido ao declínio das frotas e do interesse de Roma, cada vez mais crescente, em obter escravos (CARPENTIER; LEBRUN, 2010, p. 78). Plutarco³ narra o aumento da pirataria e a dificuldade em se lidar com ela até meados dos anos 67 a.C., realidade descrita até a expedição de Pompeu:

² Com efeito, uma representação social é um produto, no sentido de possuir conteúdos, organizar-se em temas e afirmar coisas sobre a realidade; e é simultaneamente um processo, um movimento de apropriação das coisas do mundo. Seu status cognitivo é intermediário entre a percepção e o conceito. Outrossim, é preciso notar que representar algo não é somente duplicá-lo, repeti-lo, reproduzi-lo, é também reconstituí-lo, retocá-lo, mudar-lhe a constituição num sentido que seja funcional para determinados grupos e seus interesses (CARDOSO, 2012, p. 43).

³ Historiador, biógrafo e filósofo grego que vivenciou parte do século I d.C.

De fato, a atividade dos piratas, vinda primeiramente da Sicília, após o seu início, em que a sua ousadia passou despercebida, ganhou uma confiança e uma audácia novas durante a guerra de Mitridates, em que esteve ao serviço do rei. Depois, quando os romanos, por ocasião das guerras civis, se voltaram uns contra os outros às portas de Roma, o mar, ficando sem vigilância, atraiu-os pouco a pouco cada vez mais para longe, começando não só a atacar os navegadores, mas também a devastar as ilhas e as cidades costeiras [...]. Os navios dos piratas ultrapassavam o número de mil e as cidades de que se apoderaram eram mais de quatrocentas [...]. Depois de tantos ultrajes infligidos aos romanos, chegaram a praticar pilhagens nas estradas, afastando-se do mar e devastando as propriedades situadas nas margens (Plu. *Pomp.* 24).

O que, deste relato de Plutarco, podemos perceber é que o insucesso romano esteve ligado, para o autor, não somente à pirataria, mas ao fato dos romanos terem se voltado uns contra os outros por decorrência das guerras e conflitos civis e, por este motivo, a pirataria se fez ainda mais presente, o que está conectado de acordo com Greg Woolf, com as disputas do poder devido à volatilidade da política doméstica, disputas estas realizadas na *urbs* romana que acarretavam em ramificações em todos os centros periféricos dominados (WOOLF, 2017, p. 140).

Ainda no período em que Tibério Graco assumiu a magistratura de tribuno da plebe em meados de 133 a.C., em um cenário no qual Cartago, considerada rival naval de Roma, havia sido destruída, Macedônia se tornou província romana e os cargos do Senado estavam nas mãos, sobretudo, de líderes das mais proeminentes famílias aristocráticas. Políbio narrou, sob a ótica grega, este início de hegemonia romana a contar da destruição de Cartago:

Quando contemplou a cidade completamente destruída sendo consumida pelas chamas, diz-se que Cipião derramou lágrimas e lamentou francamente a sorte dos inimigos. Após refletir um pouco, ponderou que todas as cidades, povos e impérios se extinguem, assim como todos os homens têm seu destino. Troia passara por isso, embora tivesse sido uma cidade próspera, além dos impérios Assírio e Meda; Persa, o maior império de seu tempo; e Macedônico, que ainda recentemente fora tão famoso. De forma espontânea ou deliberada, citou os seguintes versos do poeta: “virá o dia em que a Sagrada Ilium perecerá e Príamo e seu povo serão mortos”. E falei com ele pois era seu mestre -, e perguntei aonde pretendia chegar. Sem nenhuma dissimulação, respondeu que estava pensando no próprio país, pelo qual temia quando refletia sobre o destino de todas as coisas mortais (Plb. 39.5).

Se, em 146 a.C., como expõe Políbio, as destruições de Cartago e Corinto, bem como a dissolução do reino da Macedônia asseguraram certa estabilidade a *urbs* romana, em menos de cinquenta anos os romanos submergiram na retirada do con-

trole, ainda que temporariamente, dos territórios orientais e de parte dos territórios da Península Itálica. A datar deste fato, inúmeras guerras contra os nomeados e designados inimigos internos e externos no interior da África, Gália, Hispânia e Germânia, concomitantemente com a ocorrência de diversificados entraves internos, ocasionaram uma sequência de guerras civis e assassinatos, culminaram na redução dos poderes atribuídos à Assembleia e ao Senado; Roma sobreviveu a estes episódios até se tornar um Império, mas como pontua Woolf, suas instituições não sobreviveram sem alteração (WOOLF, 2017, p. 137).

Caio Salústio Crispo, escritor que viveu em Roma nos finais da República, narrou: “pela nobreza começou a abusar de seu prestígio, e as pessoas sua liberdade. Cada homem estava tomando, apreendendo e roubando para si mesmo. E então tudo foi dividido em dois grupos, e o Estado, que estava no meio, foi dilacerado” (Sal. *Jug.* 41. 5). E ainda Veléio Patérculo⁴, em sua obra sobre as *Historiae Romanae*, argumentou que as guerras civis se iniciaram após as questões dos irmãos Graco e da ruptura da sociedade em dois grupos distintos⁵ que fundou uma ameaça que, de acordo com o historiador romano, a qualquer momento poderia voltar a acontecer:

Este foi o início da guerra civil e da impunidade das espadas na cidade de Roma. Desde então o direito foi eclipsado pela violência e o mais poderoso foi preferido. As discórdias dos cidadãos que antes se resolviam com acordos, se diminuíram pela força. As guerras se empreenderam não por razões justificadas, senão segundo o dinheiro que se iria obter. Isto não surpreende, pois as ações violentas não se acabavam ali aonde começaram, mas abriram um caminho de ampla expansão por qualquer resquício e, uma vez que se há perdido o caminho reto, se chega ao precipício (Vell. 2. 3. 3-6).

Para Mary Beard, o ano de 146 a.C. foi um marco do colapso da *Res publica* e o prenúncio do século que se seguiria marcado por conflitos, mortes e assassinatos que culminariam no governo autocrático de Augusto (BEARD, 2017, p. 209). Sobre isto, Salústio refletiu que, desde a destruição de Cartago, a sociedade romana começou a passar por uma quebra de consenso entre ricos e pobres devido à concentração de poder em um único grupo, o que, na ótica deste escritor, culminou no fim deste sistema de governo: “Nem a glória, nem o poder geravam disputas entre os cidadãos [até a destruição de Cartago em 146 a.C.], pois o medo do inimigo mantinha a cidade no bom caminho” (Sal. *Jug.* 41. 2).

Tais eventos e características presentes nas linhas e palavras tanto de escritores antigos quanto nas interpretações e análises de historiadores, como Greg Woolf, Mary Beard, Jean Carpentier e François Lebrun, indicam questões que levaram Roma a sucessivos desgastes nas esferas social e, sobretudo, política desde finais do século

4 Historiador que viveu em Roma, durante parte do denominado Principado de Augusto (I a.C.).

5 Estes dois grupos dividem-se nos *optimates* e nos *populares*, sendo os primeiros vinculados ao Senado e à manutenção dos privilégios, e o segundo herdeiros dos programas dos irmãos Graco (CARPENTIER; LEBRUN, 2010, p. 84).

III a.C. até o assassinato de Júlio César. Sobre isto, devemos enfatizar que a visão dos antigos acerca desta crise se difere da nossa devido às metodologias de análise e interpretação aplicadas sobre os documentos. Ainda que sejam indivíduos indicando desgastes contemporâneos a eles ou pertencentes a gerações sucessoras que ainda vislumbravam em seus predecessores referenciais para se embasar – e, sobre eles, apontavam falhas, desvios, erros e acertos –, há que se tomar certo cuidado para não incorreremos e reproduzirmos tais discursos propagados à proporção de verdades únicas e fechadas em si mesmas.

Nós, por outro lado, intentamos perceber as construções embutidas nestes discursos, bem como suas respectivas implicações. E, com isso, compreendemos que os romanos, de fato, perceberam a perda de hegemonia delineada de forma mais intensa em finais do século II a.C. e, como propõe Beard, isto pode ser pensado com base na falta de ajuste, por parte dos romanos, da política tradicional e até mesmo das instituições administrativas no vislumbre e na intenção de se lidar com o novo cenário (BEARD, 2017, p. 235). Ainda que possamos perceber tais elementos vinculados aos desgastes sofridos, sentidos e ocasionados pelos fatores mencionados acima, devemos ponderar que tal sentimento nomeado como crise pela historiografia atual muito respeitada, utilizada e debatida no âmbito dos estudos da Antiguidade Clássica, deve ser analisado com cautela. Como por exemplo a ideia defendida por Jürgen von Ungern-Stenberg em seu capítulo de livro intitulado *The Crisis of the Republic*, no compêndio organizado por Harriet Flower, *The Cambridge Companion to the Roman Republic*, na qual argumenta que as guerras e assassinatos que se desenrolaram do século II a.C. à morte de César geraram:

[...] uma crise sem saída, apesar do fato de nenhum dos lados ter tomado nenhuma ação tecnicamente contra a lei. Na verdade, esse foi o verdadeiro motivo da crise. Roma não tinha uma constituição escrita, mas uma tradicional que tinha 'desenvolvido ao longo do tempo, segundo o qual todos os participantes trabalharam para um consenso através da cooperação mútua, em vez de fazer uso dos seus plenos poderes legais (UNGERN-STENBERG, 2014, p. 80).

Esta nomeação reproduz a ideia e as narrativas trazidas pelas documentações, ainda que pelos autores clássicos fossem referenciadas por meio de expressões vinculadas ao declínio dos costumes, da *Res publica*, da religião e das instituições políticas como o Senado. Ao que nos parece, há uma tentativa enfática em se tentar caracterizar e atribuir causas e efeitos deste e a este sentimento de crise, tal qual os antigos fizeram, quando, na realidade, lidamos apenas com representações e discursos que, embora vastos, se fazem restritos a lugares de fala específicos. Alicerçados por esta ótica das representações e dos discursos que lidamos, de agora em diante, com a outra versão⁶ acerca da crise que diz respeito à corrupção dos valores morais

⁶ Esta outra versão acerca da crise com a qual lidamos é proveniente de autores que viveram, da mesma forma, o recorte espaço-temporal da *urbs* romana de finais da República em sua fronteira com o Império. Sejam escritores contemporâneos a este período, ou sucessores a ele, trazem versões

e sociais que aparecem nas documentações, sobretudo naquelas que tratam do período de Júlio César e de Augusto.

Narrativas como a de Políbio enfatizavam que o domínio romano foi decorrente, sobretudo, do bom funcionamento das instituições ligadas aos costumes morais, aos cultos destinados aos deuses e à forte coesão que isto propiciava:

O aspecto mais importante em que a sociedade civil romana supera a de outros Estados me parece ser quanto ao tratamento dos deuses. Penso também que aquilo mesmo que, entre outros povos, é encarado desfavoravelmente é, entre os romanos, uma fonte de coesão: refiro-me ao respeito que eles têm pelos deuses. Pois isso é levado a tão extraordinário limite – tanto nos assuntos privados quanto nos negócios comuns da comunidade – que nada é tratado como mais importante. Esse fato parece espantoso para muita gente (Plb. 6. 56. 6-8).

Por outro lado, temos variadas narrativas que se remetem ao desuso e ao declínio de todas essas características enfatizadas acima por Políbio e, com isso, ao caminho traçado para o perecimento da República romana, como aparece em Tácito, senador e historiador romano que vivenciou grande parte do Império Romano, a datar dos governos de Augusto, Tibério e Nero, logo no início de sua obra disserta:

A princípio foram os reis que governaram a cidade de Roma. L. Bruto instituiu o consulado e a liberdade. As ditaduras eram temporárias; e o poder dos decênviros não durou mais de dois anos, nem por muito tempo o dos tribunos militares. Foi curta a dominação de Cina, como também a de Sila; e o poder pessoal de Pompeu e Crasso passou logo para César, como também as armas de Lépido e Antônio foram suplantadas pelas de Augusto, que, tomando o título de príncipe assumiu o governo da república já cansada das discórdias civis (Tac. *Ann.* 1. 1. 1-5).

Ou, no momento em que o historiador romano, ainda no primeiro livro de *Annales*, argumenta que “depois da transformação das instituições, nada ficou dos antigos costumes: desaparecida a igualdade, estavam todos atentos às ordens do príncipe, sem medo para o presente, enquanto Augusto [...] se mantinha e era segurança de sua casa e paz” (Tac. *Ann.* 1. 4. 1-3). E ainda Tito Lívio, no prefácio de sua obra *Ab Vrbe Condita*, no momento em que descreve como o declínio da *Res publica* foi instaurado:

[...] o modo de vida e os costumes, o tipo de homens e meios pelo qual boa ordem doméstica e um império no exterior foram conquistados

que postularam a existência de crise da República romana desde o século III a.C., a qual estava ligada a questões de disputas de terra e de cidadania. Porém, ao tratarem do período Júlio-Claudiano, enfatizaram a existência da crise política pautada em sua vinculação com a ruptura moral e dos costumes dos ancestrais. É esta mudança de discurso acerca deste período que nos interessa no presente artigo.

e ampliados: depois, quando o declínio se instala, que se reflita sobre como os padrões começaram a decair pouco a pouco, para em seguida a derrocada ser cada vez mais rápida e, enfim, como desmoronaram, até atingirmos a situação atual, em que não podemos suportar nem nossos vícios nem os remédios que eles pedem (Liv. 12-19).

E ainda quando Cícero, em sua obra *De Republica*, ao apontar os problemas que tal sistema de governo estava passando, assinala a importância de se buscar novamente por sua recuperação:

Não é minha intenção instituir novas regras, de minha própria invenção, mas repetir opiniões dos preclaros e sábios varões de que se guarda memória em nossa idade e na nossa República; ainda adolescente, pudemos apreciá-la dos lábios de P. Rutílio Rufo, em Esmirna, que nos referiu uma controvérsia de muitos dias, e na qual julgo não estar omitindo ponto algum de interesse que se possa relacionar com este grande assunto (Cic. *Rep.* 8. 6-12).

Nas narrativas que citamos, percebemos aspectos interligados e em diálogo. Seja com Políbio, quando exalta o engrandecimento de Roma e atribui o bom funcionamento da cidade, bem como as expansões e conquistas por ela empreendidas à valorização e à prática dos cultos e homenagens aos deuses; seja Tácito, ao delimitar quais foram as formas de governo experimentadas por Roma, perpassando pelos reis, pelas breves ditaduras até chegar ao governo de Augusto, colocado como aquele que chegou ao poder em uma cidade já há muito cansada dos conflitos civis; ou Tito Lívio que, assim como Políbio, exalta os modos de vida e os costumes que foram capazes de garantir a ordem doméstica e possibilitar que o *imperium* conquistasse e expandisse outros territórios até que, pelos vícios, a *Res publica* iniciou um processo de declínio que parece não permitir o acesso aos remédios necessários para evitar o fim; ou Cícero, que ainda argumentando sobre os percalços que tal instituição passava, a colocava ainda em uma idade jovem e que a solução seria possível caso os varões antecessores, respeitados e exemplares fossem novamente buscados, resguardados e seguidos.

Discursos aparentemente contraditórios, mas que partem de um pressuposto próximo: a ênfase no resguardo e na continuidade deste sistema de governo. Se, por um lado, há a menção aos problemas de ordens civis e morais como graves, há também a menção ao bom funcionamento que Roma conseguiu obter e, mais ainda, a apresentação de possíveis soluções para o resguardo da *Res publica* situada na busca e na volta ao que os predecessores realizaram, instituíram e definiram. A ideia de crise não se tratava, desta forma, da instabilidade diretamente ligada ao fim da República e de todo o sistema de funcionamento que a amparava, mas de um fim que dizia sobre um início, ainda que baseado e salvaguardado pelos pressupostos antecessores. Dizia sobre uma crise que visava à manutenção e à criação do, que viria pouco mais à frente, na qualidade de governos autocráticos sucedidos por inter-

médio do título de *princeps*, como o de Augusto.

Há que se lembrar que o período em que os discursos da crise sobre o qual nos debruçamos neste artigo se referem a finais do governo de Júlio César e ao governo de Augusto, quando o exército romano venceu muitas das guerras e conflitos empreendidos, que muitos feitos arquitetônicos foram realizados e que a poesia romana vivenciou um momento de vasta produção. E, ainda assim, os registros traziam muito mais o declínio moral e político do que a visão de glória. Isto tinha relação, pontua Woolf, com o fato de durante a República e ainda em parte do Principado, ser comum atribuir os sucessos obtidos por Roma às virtudes dos líderes que ali estavam e, em contrapartida, tudo aquilo tido como equivalente ao fracasso era atribuído aos vícios e erros cometidos, desta vez, não pelos líderes, mas pela sociedade de forma geral:

[...] o resultado disso foi uma retórica moralizante que tingiu tudo o que sobreviveu em termos de discursos, histórias, biografias e inúmeras outras manifestações literárias [...]. Uma rica tradição de veemência no discurso preservou muito mais acusações ao vício que celebração à virtude. A tradição persistiu no período imperial. Salústio, ao escrever nos anos 40 a.C., recordou o antigo hábito de tomar exemplos de homens virtuosos como modelos para a própria conduta (WOOLF, 2017, p. 157-158).

Estas características atuaram e proporcionaram, sobretudo, a análise da história coletiva do povo romano, já que muito difundida foi a ideia de que a prosperidade da *urbs* seria proveniente de governos adequados, bem como de boas relações entre os seres humanos com os deuses, e dos comportamentos morais apropriados. Já em momentos nos quais crises eram sentidas, percebidas e representadas, os antigos realizavam esforços em compreendê-las como indícios de colapsos em todas estas relações (WOOLF, 2017, p. 158).

De acordo com Andrew Wallace-Hadrill, podemos perceber nas poesias, nas narrativas de historiadores e nas de diversos outros escritores provenientes de finais da República, contemporâneos e, também, posteriores a Augusto, que “[...] a principal, na verdade a única, teoria romana acerca da queda da República é, em nossos termos, uma questão cultural: a corrupção dos costumes” (WALLACE-HADRILL, 1997, p. 9). Para os romanos do período cesariano e augustano, os *mores maiorum* diziam respeito à própria natureza e não à cultura; estavam mais ligados a algo intrínseco a eles e, inclusive, estático⁷.

7 Podemos perceber tal característica nos escritos de Cícero, no momento em que o autor expõe que as leis deveriam ser imutáveis, incontestáveis e cumpridas pelo povo e pelo Senado: “A razão reta, conforme à natureza, gravada em todos os corações, imutável, eterna, cuja voz ensina e prescreve o bem, afasta do mal que proíbe e, ora com seus mandos, ora com suas proibições, jamais se dirige inutilmente aos bons, nem fica impotente ante os maus. Essa lei não pode ser contestada, nem derogada em parte, nem anulada; não podemos ser isentos de seu cumprimento pelo povo nem pelo Senado; não há que procurar para ela outro comentador nem intérprete; não é uma lei em Roma e outra em Atenas, uma antes e outra depois, mas uma, sem piterna e imutável, entre todos os povos e em todos os tempos” (Cic. *Rep.* 3. 17. 1-14).

Se levarmos em consideração que estes costumes são elementos constituintes da própria cultura, logo podemos perceber que estão sujeitos a mudanças em qualquer sociedade e em qualquer recorte espaço-temporal (WALLACE-HADRILL, 1997, p. 9). O fato de ter-se dito sobre a necessidade de uma busca por imutabilidade das leis e dos costumes já demonstrava que tais códigos e pressupostos recebiam, sofriam e, de forma indireta e também ativa, se desenrolavam em contingências, alterações, rupturas, continuidades e mudanças. Estas mutações sentidas estavam ligadas, também, aos desgastes proporcionados por anos seguidos de guerras civis e disputas de poder que datavam desde os inícios da República, como vimos anteriormente.

Em seu artigo *Paixão e Desejo na Sociedade Romana: Interpretações Historiográficas*, Lourdes Conde Feitosa realiza um balanço das visões da historiografia moderna acerca da documentação de Pompéia e Herculano e, através das considerações realizadas pela autora, podemos perceber que por muitos anos as teses de alguns autores compravam e reproduziam os discursos presentes na documentação escrita. As ideias vinculadas à expansão do Império, ao aumento do luxo e do fluxo de bens conquistados, bem como a influência da cultura helenística e a denominada liberação feminina estariam entre as causas da desmoralização dos costumes romanos do final da República e início do Império (FEITOSA, 2008, p. 86); comumente difundidas ideias que, de acordo com Feitosa, foram muito propagadas por autores como Quignard (1994, p. 21); Gálan (1996, p. 74); Robert (1994, p. 39); Tannahill (1994, p. 102) e Kiefer (2000, p. 86) (FEITOSA, 2008, p. 86). Ainda de acordo com esta autora:

Nos aspectos gerais, essas teses apoiam-se em uma concepção weberiana da sociedade romana, segundo a qual os comportamentos são definidos e avaliados a partir de uma norma considerada válida para todos os indivíduos da sociedade [...]. Tais nortes teóricos justificam o uso de expressões como “ato sexual normal”, “decadência moral”, “permissividade”, “imoralidade”. Fundamentados em tais princípios, esses autores reputam que o fim dessa “degradação” e a correção e a moralização dos costumes sexuais romanos teriam ocorrido com a influência do estoicismo e, posteriormente, com o cristianismo (Gálan, 1994, p. 261; Robert, 1994, p. 288; Tannahil, 1994, p. 147; Kiefer, 2000, p. 380). (FEITOSA, 2008, p. 86-87).

Conforme Semíramis Silva, esta visão da corrupção dos valores e da moral dos ancestrais correspondente aos defeitos da sociedade perpassou as narrativas de muitos poetas da Roma augustana: “Isso mostra que os homens das ordens mais altas, como Horácio e Virgílio, identificavam uma crise nos costumes dos romanos, que eles acreditavam ter como fator as conquistas e a introdução de novos hábitos, sendo que como romanos eles não ficaram indiferentes disso” (SILVA, 2010, p. 16). Por isso a nossa escolha e o nosso cuidado em lidar, ler, analisar e tecer considerações sobre este sentimento de crise afinado aos discursos e representações construídos por intermédio dos documentos escritos.

Perante as constatações realizadas pelos antigos acerca da crise vivenciada e

sentida, houve, para além da confirmação do declínio da *Res publica*, sua valorização e busca por sua continuidade, bem como a atribuição de tais acontecimentos aos desusos dos valores morais ancestrais em sintonia com as intensas escritas de valorização e de demonstração da importância de elementos que poderiam atuar nessa retomada, como Cícero expõe a necessidade de se elencar tais elementos na finalidade da busca por uma prevenção e, também, uma solução:

[...] cujas mudanças devemos estudar desde o começo; porque o que é mais essencial na política, sobre a qual versa nossa exposição, é conhecer a marcha e as alterações dos estados, a fim de que, sabendo para que escolhos cada governo se dirige, se possam reter ou prevenir seus funestos resultados (Cic. *Rep.* 2. 25. 1-5).

Como vimos anteriormente, a crise atribuída à República foi relatada em consonância com as intensas guerras civis, assassinatos, questões agrárias e de cidadania restrita até meados do século I a.C. Os relatos trazidos por autores contemporâneos e posteriores aos anos finais desta forma de governo, com a Ditadura de Júlio César, tratam a crise vinculada, sobretudo, aos aspectos morais, como pontua, mais uma vez, Cícero, ao afirmar que o declínio dos *mores* influenciou diretamente nas falhas de funcionamento do Senado e, sucessivamente, na sociedade: “Nessas condições, pois, manteve o Senado a República, naqueles tempos em que, num povo tão livre, pouco pelo povo e muito pelos costumes e pela autoridade do Senado, ela se regia” (Cic. *Rep.* 2. 32. 1-3), ou ainda, quando constrói um diálogo entre Cipião e Tuberão – na personagem deste último o político e orador romano exalta o funcionamento da República devido ao bom funcionamento por longo tempo devido aos costumes e às leis: “[...] por outro lado, não nos disseste de que modo essa República, que tanto elogias, pôde constituir-se e conservar-se, com que disciplina, com que costumes ou leis” (Cic. *Rep.* 2. 38. 7-9).

O nascimento de pessoas pertencentes à aristocracia que exerceram fundamental importância na manutenção da *Res publica*, também se tornou tema-chave de análise para os que se propuseram a discorrer a respeito da crise republicana. Cícero alega: “quando as riquezas ou o nascimento, ou qualquer coisa parecida, fazem predominar na República alguns homens, embora pretendam chamar-se aristocratas, não passam de facciosos” (Cic. *Rep.* 3. 10. 4-6); ou seja, o nascimento de homens valerosos e capazes de manter a República e suas instituições era necessário

Com efeito: sem nossas instituições antigas, sem nossas tradições veneradas, sem nossos singulares heróis, teria sido impossível aos mais ilustres cidadãos fundar e manter, durante tão longo tempo, o império de nossa República. Assim, antes da nossa época, vemos a força dos costumes elevar varões insígnies, que por sua parte procuravam perpetuar as tradições dos seus antepassados. [...]. Que direi dos homens? Sua penúria arruinou os costumes; é esse um mal cuja explicação foge ao alcance da nossa inteligência, mas pelo qual somos

responsáveis como por um crime capital. Nossos vícios, e não outra causa, fizeram que, conservando o nome de República, a tenhamos já perdido por completo (Cic. *Rep.* 5. 1. 3-18).

Os documentos que realizam alusão aos tempos primordiais da República, de diferentes formas, enfatizam a importância delegada aos mores dos antecessores, dos matrimônios e da condenação ao adultério, das constituições familiares em conveniência com os pressupostos políticos e de sucessões no e do poder. Percebemos tais aspectos ainda mais recorrentes e que diziam respeito, ainda que de forma indireta, à linhagem que estava vinculada a finais da República e grande parte do Principado, à *gens Iulia*⁸. Autores que escreveram no momento em que Júlio César e Augusto estiveram no poder, bem como aqueles que escreveram em momentos posteriores e a estes governantes se referiam e teciam análises, exaltações e críticas, constantemente dissertaram sobre a forma como a negligência às instituições do matrimônio e da família, tão caras a este *mos maiorum*, acarretavam em danos prejudiciais e, até mesmo, irreversíveis ao funcionamento das instituições políticas que ali visavam construir, se voltar e realizar inovações dentro da tradição. Tecendo sobre as falhas e sobre a ausência destes valores, ora percorreram sobre modelos ideais e propícios a estes costumes ancestrais, ora sobre a corrupção que os afligia, tornando-os contra-modelos, ou seja, aqueles que deveriam ser repensados e indesejáveis de aplicação.

Podemos perceber isto quando Cícero enfatiza o que era considerado útil e necessário para a vida e o bom funcionamento das instituições e dos costumes; a saber, o matrimônio, os filhos considerados legítimos e o culto ao lar doméstico:

Quanto ao que se relaciona com a vida privada, nada há de mais útil e necessário à vida e aos costumes do que o matrimônio legal, os filhos legítimos, o culto do lar doméstico, para que todos tenham assegurado seu bem-estar pessoal no meio da felicidade comum. Em suma, não há felicidade sem uma boa constituição política; não há paz, não há felicidade possível, sem uma sábia e bem organizada República (Cic. *Rep.* 5. 1-6).

E Horácio, poeta que vivenciou o início do governo sucessório de César, o de seu herdeiro Augusto, de forma bem parecida ao que Cícero expõe, ao destacar que o matrimônio e a família haviam sido corrompidos por aquela geração, enfatiza também a importância delegada a ambas instituições. Em sua obra *Carmina*, escreve: “Gerações em culpa fecunda primeiro poluíram as núpcias, a família, as casas; desta fonte correu a desgraça, que se espalhou pela pátria e pelo povo” (Hor. *Carm.* 3. 6.

8 A *gens Iulia* foi construída a partir do nomen da avó materna de Augusto e, sobretudo, a partir dos ancestrais mítico-religiosos, uma vez que se considerava que a *gens Iulia* pudesse ser descendente de Vênus por intermédio de Enéias e, por consequência, acreditava-se que ela era a transmissora de um gênio divino responsável pela proteção de Roma. A *gens Iulia* formava, de tal modo, parte indissolúvel da *domus Augusta* (HIDALGO DE LA VEGA, 2012, p. 23).

17-20); ainda Propércio⁹, em suas *Elegiae*, ao cantar seu amor por sua amada Cíntia, não deixa de enfatizar os conselhos voltados para o *furor* e os perigos ocasionado pelo amor e a necessidade de se buscar por um que fosse controlado – e este amor dito controlado, sabemos, dizia sobre o matrimônio o qual, de acordo com o autor, não deveria ser encerrado. Nas palavras do poeta:

Vós, aos quais um deus atende com um ouvido favorável, permaneci aqui estejais aos pares num amor controlado. Para mim, nossa Vênus inquieta as noites amargas e o Amor vazio em tempo algum me faz falta. Por isso, adirto, evitai o mal: que cada qual se habitue ao objeto de seu costumeiro amor e que não mude de lugar porque se alguém tiver escutado as advertências com os ouvidos vagarosos, ai! Com que grande dor recordará de minhas palavras (Prop. 1. 32-39).

Se este sentimento de crise da República, percebido pelos antigos através da associação aos intensos conflitos internos e externos, às guerras civis e assassinatos, a defasagem da autoridade do Senado foi preponderante nos registros que refletem sobre os anos republicanos condizentes aos séculos III a.C. até parte do I a.C., como vimos, no recorte espaço-temporal de finais do governo de Júlio César e o de Augusto mudou de configuração e passou a ser explicado por meio de uma crise dos valores morais dos antepassados assente nesta intensa menção ao casamento, ao adultério, às constituições familiares e aos cultos domésticos, como percebemos nas documentações aqui tratadas¹⁰.

O que entendemos desta mudança de discurso acerca da crise antes pautada nas intensas guerras contra inimigos internos e externos e, a contar deste momento, a configuração voltada para a quebra dos valores morais, nos parece ter a ver, sobretudo, com a mudança do caráter e da justificativa sobre as guerras cada vez mais empreendidas. Devemos levar em consideração, como pontua Joseph Farrell, que o momento de produção das obras de autores inseridos no contexto de início do Principado de Augusto condiz com um período no qual houve um grande esforço e uma intensa propagação do término das guerras civis e da estabilidade¹¹ alcançada

9 Poeta elegíaco romano que vivenciou finais do século I a.C. e início do I d.C.

10 Lembrando que os autores por nós selecionados para o presente trabalho escreveram no momento em que Júlio César e Augusto estiveram no poder, bem como também em momentos posteriores a estes governantes. E sobre estes governos realizavam menções, exaltações, críticas e análises sobre a mudança do sentimento de crise experienciado naquele período. No que se refere a este momento de fronteira, constantemente versaram sobre a forma como a negligência às instituições do matrimônio e da família, tão caras a estes *mores maiorum*, acarretavam em consequências prejudiciais e, até mesmo, irreversíveis ao funcionamento da *Res publica*, como referenciado anteriormente neste artigo.

11 Ao longo do período republicano a ênfase foi pautada nas guerras. Já no Império, o que foi enfatizado girou em torno da paz alcançada. De acordo com Hannah Cornwell: “Conceitos de valor político foram negociados, manipulados e redefinidos por indivíduos tentando controlar suas posições durante um período de instabilidade e incerteza. Dentro deste contexto, ideias de paz e, especificamente, o conceito de *pax* se politizaram: os significados e as aplicações de *pax* se tornaram um campo de batalha ideológico na luta pelo controle, e a paz se tornou um conceito politizado. Com isso em mente, podemos [...] examinar em detalhes como a *pax* adquiriu um papel central dentro do discurso imperial

por este governo. Porém, como pontua o autor, o *Princeps* continuou promovendo guerras contra os inimigos externos (FARRELL, 2005, p. 44) com a principal finalidade de anexação de outros territórios a Roma.

Neste contexto, as guerras começaram a ser cada vez mais justificadas pelo combate à ameaça externa e pela garantia da estabilidade e da *pax romana*, e o florescimento destes discursos nos diferentes gêneros estilísticos prosperaram, assim como tais guerras, cada vez mais. Veléio Patérculo aponta que, uma vez instaurada a *pax romana*, o clima de paz e de estabilidade foi retomado, bem como a recuperação das antigas leis e costumes provenientes da *Res publica*:

Se pôs fim às guerras civis depois de vinte anos, se deu fim às campanhas exteriores, retomou a paz; [...] se reestabeleceram as leis em seu antigo vigor. [...] Aquela inveterada e antiga constituição do estado foi recuperada. Os campos voltaram a cultivar-se, [...] os homens se encontravam de novo seguros [...]. Os homens mais notáveis que recebiam triunfos e grandes honras custearam obras de magnificência para a cidade a instâncias a mando do príncipe (Vell. 2. 89. 3-7).

Com isto, muitos historiadores e poetas que vivenciaram e atuaram neste contexto, e também em períodos posteriores, caracterizaram tal governo pela retomada do clima de paz e de estabilidade. Na historiografia ainda podemos encontrar, algumas vezes, certo exagero e reprodução deste ideal propagado sobre o governo de Augusto contido nas documentações, o que possui intenso vínculo com a forma como a historiografia analisa e tece comentários sobre a crise da República Romana, como vimos. Podemos perceber tais traços na obra de Pierre Grimal, quando o autor afirma que “o conjunto do Império permaneceu numa paz profunda e conheceu uma unidade sem precedentes” e que, dentro deste período, “a poesia, por fim, é a linguagem dos deuses; possui uma natureza sobre-humana; [...]. Era natural que o século de Augusto, que viveu a transformação da religião nacional fosse o grande século por excelência da poesia inspirada” (GRIMAL, 1997, p. 10-79).

Diante do que vimos traçando ao longo deste artigo, percebemos a construção da crise da República romana e a mudança de caráter assumida na documentação de finais do século III a.C. até chegarem ao governo de Júlio César e de seu herdeiro e sucessor Augusto. Ao mesmo passo em que a César muitas documentações tenham atribuído os desvios e o distanciamento dos *mores maiorum*, como salienta Suetônio: “Marco Catão deixou dito ‘que César era o único, entre os demais, que tramava, sóbrio, a ruína da República’”, e que “com essa mesma falta de cerimônia e desprezo dos costumes da sua pátria, dispôs das magistraturas durante anos e anos” (Suet. *Jul.* 53. 2-3; 76. 25-27), tais documentações trazem o vínculo com este mesmo governo uma vez que, ao apontá-lo como solução para a crise, apresentam a necessidade de um sucessor vinculado a César:

sobre o período de colapso da República, para se tornar um fator legitimador para Augusto e o eventual estabelecimento do Principado” (CORNWELL, 2017, p. 14);

Diante disso tudo, enfim, todos começaram a ficar estupefatos e iniciou-se um questionamento sobre até onde chegariam tais manobras, quando então o cônsul Marco Cláudio anunciou, em um édito, que iria se ocupar da salvação da República, uma vez que propusera ao Senado dar, antes mesmo do tempo, um sucessor a César, alegando que a guerra cedera lugar à paz e que, assim sendo, devia ser licenciado o exército vitorioso (Suet. *Jul.* 26. 8-15).

Por estes motivos expostos e desenvolvidos até aqui, compreendemos a crise difundida pelas documentações as quais temos acesso, sem desconsiderar os sentimentos, conflitos e desgastes por essa sociedade vivenciados, como construções discursivas. Compreendemos que os discursos constituem e são constituídos através de um uso restritivo do sistema linguístico, quer dizer, ao serem concebidos por meio da inserção de determinado texto em seu contexto de produção (ADAM, 2008, p. 39), passam a estar submetidos às regras e normas em vigor em dada comunidade ou sociedade (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 171), sejam de aspectos mais amplos como os sociais, políticos, culturais, econômicos que perpassam por estruturas mais específicas, como os gêneros estilísticos sobre os quais as diferentes obras são construídas. Estes discursos, construídos em tempos, espaços, por autores, indivíduos e sob a égide de normas e regras específicas de uma dada tradição, não estão isentos dos diversos intertextos e interdiscursos anteriores e, também, presentes em seus próprios momentos de produção, visam chegar a um fim. E, ainda que eles não possam intervir diretamente em um contexto, sobre eles dizem e podem almejar e estabelecer modificações durante o percurso de enunciação (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016, p. 170).

Por fim, gostaríamos de salientar que através desta relação entre texto e contexto, percebemos como as narrativas que versaram sobre os momentos finais da República e sobre o governo de Augusto que pautavam a vulnerabilidade, as mudanças e o enfraquecimento de instituições tão caras aos *mores maiorum*, como o casamento, os filhos considerados legítimos que constituíam fatores basilares para esta moral, significavam não somente a estrutura nuclear, mas também poder e sucessão; significavam, sobretudo, discursos construídos e propagados. Se ao final da República diziam sobre este enfraquecimento moral e corruptor, no Principado de Augusto nomearam mais especificamente quais eram estes males, bem como as soluções constantemente apontadas para tais questões. Não à toa os títulos recebidos pelo *Princeps* diziam, também, sobre a busca pela autoridade e sobre a resolução de todos estes problemas apontados pelas documentações, bem como pela retomada da República sob outros vieses e moldes. Isto nos faz perceber tais narrativas em consonância aos discursos que, ainda no seio de instituições republicanas, já diziam e justificavam a sucessão de uma determinada família, tida como exemplar. São discursos que, ora pelo apontamento da crise, ora pelo engrandecimento da República e de suas instituições, se encontravam e dissertavam sobre temas muito próximos e de mensagens propagadas com significantes convergentes.

LISTAS DE ABREVIATURAS:

- Cic. Rep.* – *De Republica* (Título em português: Cícero, *Da República*).
- Hor. Carm.* – *Carmina* (Título em português: Horácio, *Ode*).
- Liv.* – *Ab Vrbe Condita* (Título em português: Tito Lívio, *Historia de Roma*).
- Plb.* – *Historiae* (Título em português: Políbio, *Histórias*).
- Plu. Pomp.* – *Vitae Parallelae, Pompeius* (Título em português: Plutarco, *Vidas Paralelas, Pompeu*).
- Prop.* – *Elegiae* (Título em português: Propércio, *Elegias*).
- Sal. Jug.* – *Iugurtha* (Título em português: Salústio, *Guerra de Jugurta*).
- Suet. Jul.* – *Iulius* (Título em português: Suetônio. *A Vida dos Doze Césares, Divo Júlio*).
- Tac. Ann.* – *Annales* (Título em português: Tácito, *Anais*).
- Vell.* (Título em português: Veléio Patérculo, *História Romana*).

FONTES

- CICERO. *The Republic and the Laws*. Trad. Niall Rudd. Nova York: Oxford University Press, 2008.
- HORÁCIO. *Odes*. Trad. Pedro Braga Falcão. Lisboa: Livros Cotovia, 2008.
- PLUTARCH. 'The Life of Julius Caesar'. In: PLUTARCH. *The Parallel Lives*. Bernadotte Perrin. London: William Heinemann, 1919. (The Loeb Classical Library)
- POLYBIUS. *History*. Trad. W. R. Paton. Harvard: University Press, 1927. (The Loeb Classical Library).
- PROPERTIUS. *Elegies*. Trad. G. P. Gold. Harvard: University Press, 1990. (The Loeb Classical Library).
- SALLUSTE. *Catilina. Jugurtha. Fragments des Histoires*, texte établi et traduit par Alfred Ernout. Paris: Les Belles Lettres, 1947.
- SUETONIUS. 'Life of Julius Caesar' In: SUETONIUS. *Lives of Famous Men*. Trad. J. C. Rolfe. London: William Heinemann, 1914. (The Loeb Classical Library).
- TACITUS. *The Annals*. Trad. J. Jackson. Harvard: University Press, 1925. (The Loeb Classical Library).
- TITO LIVIO. *Storia di Roma*. Dalla sua Fondazione. Volume Primo (Libri I-II). Trad. Mario Scàndola. Milano: Bur Rizzoli, 2010.
- VELLEIUS PATERCULUS. *Roman History*. Trad. Frederick W. Shipley. Harvard: University Press, 1966. (The Loeb Classical Library).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Jean-Michel. *La linguistique textuelle. Introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: A. Colin, 2008.
- BEARD, M. *SPQR: Uma História da Roma Antiga*. Trad. Luis Reyes Gil. São Paulo: Planeta, 2017.
- CARDOSO, C. F. O uso, em história, da noção de representações sociais desenvolvida na psicologia social: um recurso metodológico possível. *Psicologia e Saber Social*, Rio de Janeiro, v. 1, nº 1, p. 40-52, 2012.
- CARPENTIER, J.; LEBRUN, F.. *História do Mediterrâneo*. Lisboa: Editorial Estampa, 2010.
- CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2016.
- CHARTIER, R.. *História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 2002.
- CORNWELL, H. *Pax and the Politics of Peace: Republic to Principate*. Oxford: Oxford University Press, 2017.
- FARRELL, J. The Augustan Period: 40 bc-ad 14. In: HARRISON, Stephen (ed.). *A Companion to Latin Literature*. London: Blackwell, 2005, p. 44-54.
- FAVERSANI, F. Entre a República e o Império: Apontamentos sobre a amplitude desta fronteira. In: *Mare Nostrum: Estudos sobre o Mediterrâneo Antigo*, nº 4, São Paulo, 2013.
- FEITOSA, L.M.G.C. Paixão e Desejo na Sociedade Romana: Interpretações Historiográficas. In: FUNARI, Pedro Paulo; SILVA, Glaydson José da; MARTINS, A. L. (orgs.). *História Antiga: contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008, p. 79-92.
- GRIMAL, P. *O Século de Augusto*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- HIDALGO DE LA VEGA, M. J. *Las Emperatrices Romanas: Sueños de púrpura y poder oculto*. Salamanca: Ediciones Universidad de Salamanca, 2012.
- MAINGUENEAU, D. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. Campinas: Pontes, 1997.
- SILVA, S. C. O Principado Romano sob o Governo de Otávio Augusto e a Política de Conservação dos Costumes. In: *Crítica & Debates*, v.1, n.1, p. 1-17, jul/dez, 2010.
- UNGERN-STERNBERG, J.V.. The Crisis of the Republic. In: FLOWER, Harriet I. *The Cambridge Companion to the Roman Republic*. Cambridge: Cambridge University Press, 2014. p. 78-100.
- WALLACE-HADRILL, A.. Mutatio morum: the idea of a cultural revolution. In: HABINEK, T.; SCHIESARO, Al.. *The Roman Cultural Revolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997, p. 3-21.
- WOOLF, G. *Roma: A História de um Império*. Trad. Mário Molina. São Paulo: Editora Cultrix, 2017.

Recebido em 16/9/2019 e aceito em 30/9/2019.